

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2015-CMO

Requer a realização de Audiência Pública para debater prováveis cortes em programas sociais do Governo no Projeto de Lei Orçamentária para 2016 – PLOA 2016/2019.

Nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2006-CN, venho requerer a realização de Audiência Pública para debater os cortes propostos pelo Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 – PLOA/2016, Deputado Ricardo Barros, nos programas sociais de Governo.

O Relator-Geral, segundo os meios de comunicação, pretende promover um corte, somente no Programa Bolsa Família, no valor total de R\$ 28,8 bilhões (35%).

A discussão do Projeto de Lei Orçamentária é de interesse de toda sociedade. A CMO se constitui a Comissão onde são tomadas decisões de suma relevância sobre as escolhas de prioridades orçamentárias.

Consciente dos problemas econômicos por que passa o País, em sua grande maioria agravados pela situação econômica internacional, não há como se promover cortes de recursos em programas sociais sem a devida e necessária discussão com representantes da sociedade, tendo em vista a sua relevância para os segmentos mais necessitados da nossa população.

Proponho, nesse sentido, a realização dessa Audiência Pública com a participação de:

- Nelson Barbosa - Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- José Antônio Moroni - Colegiado de Gestão do INESC;
- João Pedro Stédile - Direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST;
- Guilherme Boulos - Direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST;

- Roberto Laureano da Rocha - Direção Nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR , e

- Carmem Silva - Direção do SOS Corpo.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os governos dos Presidentes Lula e Dilma foram responsáveis pela implementação de diversos programas destinados à área social.

O Bolsa Família foi criado pelo governo Lula em 2004 e se destacou por sua representatividade como junção de uma série de programas sociais. Ele constitui um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde

O Bolsa Família recebeu, em outubro do ano passado, aquele que é considerado o prêmio Nobel da seguridade social denominado Award for Outstanding Achievement in Social Security, concedido pela Associação Internacional de Seguridade Social. De acordo com o Ipea, se o Bolsa Família fosse extinto, a pobreza passaria de 3,6% para 4,9%. Ainda segundo o estudo daquela instituição, "cada real gasto com o Bolsa Família impacta a desigualdade 370% mais que a previdência social" e faz a economia girar 240%.

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi criado com o objetivo de reduzir o déficit habitacional urbano para famílias com renda até R\$ 1.600,00, dinamizando o setor de construção civil e gerando trabalho e renda. Ele já concluiu empreendimentos no valor de R\$ 449,7 bilhões, correspondentes a 1,87 milhão de moradias. As contratações somam, ao todo, 3,7 milhões de unidades, sendo 2,7 milhões de moradias contratadas. O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo firmou mais de 1,9 milhão de contratos para construção, aquisição ou reforma de moradias.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado para contribuir com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil. É uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar ao utilizar processos de comercialização que favorecem a compra direta dos seus produtos ou de suas organizações, promovendo a agregação de valor à produção.

Em uma década, o governo investiu R\$ 5,3 bilhões para a compra de 4 milhões de toneladas de produtos da agricultura familiar. Em todo o país, foram mais de 1,3 milhão de operações de compra de alimentos de 388 mil agricultores familiares de 3.915 municípios. Os alimentos adquiridos pelo programa são destinados à formação de estoques estratégicos ou ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social. O governo vem garantindo o fornecimento de alimentos a centros de convivência de idosos, comunidades terapêuticas, associações beneficentes, creches públicas, hospitais e restaurantes populares. Anualmente, o governo atende a mais de 23 mil entidades socioassistenciais.

Considerando a relevância social desse Programas é dever de todos os parlamentares, especialmente aqueles que atuam na CMO, promover a discussão sobre esses prováveis “cortes orçamentários” com os diversos representantes de entidades representativas da nossa sociedade como aqueles propostos para o debate.

Sala de Sessões, 27 de outubro de 2015

Deputado Nilto Tatto – PT/SP